

Refinanciamento será feito em três etapas

O Governo brasileiro, informalmente, traçou um cronograma, em três etapas, para a renegociação da dívida externa brasileira, segundo explicou ontem o Vice-Presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira.

A primeira etapa ainda diz respeito ao fechamento do balanço de pagamentos em 1983. Seus principais pontos são o fechamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional, para que libere duas parcelas de crédito no valor de US\$ 800 milhões, e a liberação pelos bancos credores, que assinaram o projeto 1 (o empréstimo jumbo de US\$ 4,4 bilhões), de créditos de cerca de US\$ 1,2 bilhão.

Com estes recursos, o Brasil poderia pagar ao Banco Internacional de Compensações da Basileia (BIS) duas parcelas de crédito, cujos pagamentos estão em atraso, no valor de US\$ 800 milhões, e empréstimos-ponte (bridge loans) tomados junto aos bancos comerciais, no montante de US\$ 1,2 bilhão.

O acordo com o FMI é uma espécie de sinal verde para negociar os recursos complementares necessários — US\$ 3,5 bilhões ou US\$ 4,5 bilhões — ao fechamento do balanço de pagamentos, este ano.

Estes recursos complementares são necessários porque o esquema de financiamento do balanço de pagamentos deste ano, montado em dezembro do ano passado, furo, já que a parcela de juros da dívida foi superior à estimada, a entrada de investimentos diretos foi inferior à prevista e o fluxo de créditos comerciais também ficou abaixo do desejado pelo Governo. O País, com isso, passou a depender exclusivamente do superávit comercial para cobrir a diferença, mas existe um déficit, permanente, porque há um descompasso entre o pagamento de importações e a entrada de recursos provenientes das exportações.

Para conseguir os US\$ 3,5 bilhões ou US\$ 4,5 bilhões, existem três hipóteses que podem ser trabalhadas em conjunto: 1) rolar mais uma vez o pagamento do BIS e dos bridges-loans, o que geraria US\$ 2 bilhões; 2) obter recursos com organismos internacionais, como a Commodity Credit Corporation (CCC), que financia exportações de trigo e arroz, e o Tesouro americano; 3) obter um empréstimo de longo prazo com os bancos comerciais privados (um novo jumbo).

2ª ETAPA: O REESCALONAMENTO E O CLUBE DE PARIS

A segunda etapa seria o reescalonamento dos pagamentos das amortizações da dívida externa em 1984 e, se possível, também em 1985, (no ano de 1984 não estão incluídas as amortizações que deixaram de ser pagas em 83 — projeto II — porque foram renovadas compulsoriamente com 30 meses de carência e prazo de oito anos).

Este reescalonamento é mais ambicioso do que o projeto II porque pensá-se num prazo de carência de dois anos e meio e pagamento num prazo de dez anos. Para cobrir os juros, que não deixariam de ser pagos, além de contar com superávit comercial, o Governo pretende pedir novos empréstimos. Marcílio não confirma se estes créditos novos serão no valor de US\$ 6 bilhões, como divulgou a revista "Veja", mas diz que se o valor fosse este, seria menor do que o deste ano, em que os créditos novos deverão chegar a US\$ 7,5 bilhões ou US\$ 8 bilhões (o projeto I e o novo jumbo ou pacote de recursos que será negociado agora).

O Clube de Paris faz parte desta segunda etapa, já que não há tempo útil para renegociar as dívidas com governos, instituições governamentais e créditos privados obtidos com garantias de governos, referentes a este ano. As negociações com os países que fazem parte do Clube podem até começar este ano, mas só acabariam no início do ano que vem.

A 3ª ETAPA: A REFORMA DO SISTEMA

A terceira fase ou etapa está relacionada a uma rearticulação do sistema financeiro internacional. Novos esquemas seriam montados, ao longo dos próximos anos, para auxiliar os países em desenvolvimento a pagarem suas dívidas externas.

As idéias são as seguintes: vincular os pagamentos às receitas com as exportações, criar um organismo internacional ou um pool de organismos que seja responsável pela compra dos créditos a favor dos bancos comerciais e pela emissão de bônus resgatáveis a longo prazo a juros baixos e fixos, aumentar os recursos do Banco Mundial.